



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2018/março/16 - (sexta-feira)

10:00 Horas

ORDEM DO DIA

1- Marcação do PSD

Debate de Atualidade ao abrigo do artigo 72.º do regimento da Assembleia da República, sobre
"Equidade e competitividade na tributação das empresas"

Debate de Atualidade (ao abrigo do artigo 72.º do Regimento)	
PSD	6m
PSD	5 m
PS	5 m
BE	5 m
CDS-PP	5 m
PCP	5 m
PEV	5 m
GOV	6 m
TOTAL	42 m

2- [Projeto de Resolução n.º 1267/XIII/3.ª \(PSD\)](#)

Posição geoestratégica da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira

[Projeto de Resolução n.º 1316/XIII/3.ª \(PS\)](#)

Reforço da importância Geoestratégica dos Açores

**Projeto de Resolução n.º 1390/XIII/3.ª (CDS-PP)**

Recomenda ao Governo que, em conjunto com Governo Regional dos Açores, tome as medidas necessárias a uma articulação política que potencie a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma

Projeto de Resolução n.º 1415/XIII/3.ª (CDS-PP)

Pela valorização estratégica da Região Autónoma da Madeira

Projeto de Resolução n.º 1423/XIII/3.ª (PS)

Recomenda ao Governo o reforço da valorização da importância Geoestratégica do Arquipélago da Madeira

Tempos	cada
GOV e PSD*	3 m
PS*	3 m
BE	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP	3 m
PEV	3 m
PAN	1 m

*O PSD, o PS e o CDS-PP, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

3- Projeto de Lei n.º 759/XIII/3.ª (BE)

Recupera para o domínio público a propriedade e gestão da rede básica de telecomunicações e a prestação do serviço universal de telecomunicações (segunda alteração à Lei de Bases das Telecomunicações, Lei n.º 91/97, de 1 de agosto)

Projeto de Resolução n.º 1411/XIII/3.ª (PEV)

Pela defesa do interesse nacional e controlo da Portugal Telecom

**Projeto de Resolução n.º 1022/XIII/2.ª (PCP)**

Travar a liquidação da PT, defender os trabalhadores e o interesse nacional

Tempos	cada
GOV e PSD	3 m
PS	3 m
BE*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP*	3 m
PEV*	3 m
PAN	1 m

*O BE, O PCP e o PEV, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

4- Projeto de Resolução n.º 911/XIII/2.ª (PEV)

Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços junto do Estado espanhol para travar a exploração de urânio em Salamanca, junto à nossa fronteira

Projeto de Resolução n.º 1397/XIII/3.ª (CDS-PP)

Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços e diligências para que seja devidamente cumprido o Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços

Projeto de Resolução n.º 1403/XIII/3.ª (PSD)

Recomenda ao Governo Português que exija junto do Governo Espanhol a realização de um estudo de impacto ambiental transfronteiriço relativamente às minas de urânio em Retortillo-Santidad

**Projeto de Resolução n.º 1405/XIII/3.ª (PCP)**

Recomenda ao Governo que no âmbito do "Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços" adote as medidas necessárias junto do Estado espanhol com vista à suspensão de qualquer decisão final da implantação do projeto de fábrica de urânio processado e de mineração em Retortillo-Santidad (Salamanca)

Projeto de Resolução n.º 1406/XIII/3.ª (BE)

Recomenda ao Governo a adoção de medidas junto das autoridades espanholas para que seja travada a instalação da Mina de Urânio Retortillo - Santidad

Projeto de Resolução n.º 1409/XIII/3.ª (PAN)

Recomenda ao Governo que encete esforços para travar a exploração de urânio em Retortillo junto do Reino de Espanha e organismos internacionais

Projeto de Resolução n.º 1412/XIII/3.ª (PS)

Recomenda ao Governo que assegure o cumprimento do Protocolo de Atuação entre Portugal e Espanha, no âmbito da exploração de urânio em Salamanca

Tempos	cada
GOV e PSD*	3 m
PS*	3 m
BE*	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP*	3 m
PEV*	3 m
PAN*	1 m

*O PSD, o PS, o BE, o CDS-PP, o PCP, o PEV e o PAN, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

5- Petição n.º 191/XIII/2.ª

Da iniciativa do Grupo de Cuidadores Informais de Doentes de Alzheimer e outras Demências Similares - Criação do Estatuto do Cuidador Informal da pessoa com doença de Alzheimer e outras demências ou patologias neurodegenerativas e criação do Dia nacional do Cuidador.



Projeto de Resolução n.º 1400/XIII/3.ª (CDS-PP)

Recomenda ao Governo que considere as Demências e da Doença de Alzheimer uma prioridade social e de saúde pública; que elabore um Plano Nacional de Intervenção para as Demências; que adopte as medidas necessárias para um apoio adequado a estes doentes e suas famílias; e que crie e implemente o Estatuto do Cuidador Informal

Projeto de Resolução n.º 1408/XIII/3.ª (PAN)

Recomenda ao Governo a adopção de medidas de apoio aos cuidadores informais

Projeto de Lei n.º 801/XIII/3.ª (BE)

Cria o Estatuto do Cuidador Informal e reforça as medidas de apoio a pessoas dependentes (procede à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho e à 13.ª alteração ao Código do Trabalho)

Projeto de Lei n.º 804/XIII/3.ª (PCP)

Reforça o apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência

Tempos:

3 minutos a cada Grupo Parlamentar

6- Petição n.º 253/XIII/2.ª

Da iniciativa de Maria Manuela Jesus Ferreira Alves e outros - Solicitam a criação de um regime de exceção no acesso à reforma para os professores.

Projeto de Resolução n.º 1396/XIII/3.ª (PEV)

Propõe um regime transitório para a aposentação de professores e educadores, com vista a criar justiça no regime de aposentação

Projeto de Resolução n.º 1402/XIII/3.ª (CDS-PP)

Recomenda ao Governo que promova o estudo e a posterior abertura de uma negociação para um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do ensino básico e secundário



Projeto de Resolução n.º 1407/XIII/3.ª (PCP)

Valorização das longas carreiras contributivas e consideração de regimes de aposentação relativos a situações específicas, incluindo a docência

Tempos:

3 minutos a cada Grupo Parlamentar

7- Proposta de Resolução n.º 65/XIII/3.ª (GOV)

Aprova o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se Estabelece a Linha de fecho das Desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se Delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 20 de maio de 2017.

S/Tempos

8- Votações regimentais às 12 horas